

A INTEGRAÇÃO DO NORTE DO RS À ECONOMIA GAÚCHA (1)

Pedro Cezar Dutra Fonseca (2)

Qualquer análise sobre a economia gaúcha no século XIX deve evidenciar a disparidade entre o norte e o sul do Estado, pois foi na região mais meridional, na fronteira com o Uruguai e a Argentina, onde estavam concentradas as principais riquezas do Rio Grande. Esta região, genericamente denominada Campanha, era possuidora dos melhores campos; estando em zona fronteiriça, beneficiava-se com o contrabando, com a venda ou compra de gado do estrangeiro, dependendo de situações conjunturais; nela predomina a grande propriedade, as estâncias; e a mão de obra agregada, presen-

te na figura do peão, aparece lado a lado do trabalho escravo, este amplamente utilizado nas charqueadas.

A especialização na criação bovina e em seus derivados, presente em todo o século XIX, tem seu fundamento histórico na própria forma com que o Rio Grande foi integrado à economia nacional. Como têm salientado os diversos autores, esta se deu através da exportação de gado em pé, geralmente para tração, que se dirigia à região mineradora localizada no sudeste do país, durante o século XVIII. Ao final deste, já na decadência do ciclo minerador, a introdução da técnica de salga-

(1) Este artigo baseia-se em dados levantados durante a realização de minha dissertação de mestrado, em fase de conclusão junto ao Curso de Pós-Graduação em Economia do IEPE/UFRGS, intitulada "A Reorientação da Economia Gaúcha na República Velha: a Política Econômica e os Fundamentos do Conflito Político".

(2) Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

mento da carne reativaria a economia gaúcha: durante todo o século seguinte o charque seria a principal riqueza estadual, não raro associado à exportação de couros (3). Ambos os produtos, portanto, eram vinculados à pecuária bovina e constituíam-se em parte significativa da demanda de exportações, importantes na determinação do nível de renda interno do Estado.

A partir da metade do século XIX, a economia pecuário-charqueadora, embora dominante, passou a enfrentar certa estagnação — demonstrada pela incapacidade de a participação relativa do charque no valor das exportações estaduais ascender, ou mesmo de se manter estável. F. H. CARDOSO, em clássica análise sobre a escravidão no sul do país (1), demonstrou que a estagnação das charqueadas locais, incapazes de vencer a concorrência platina, estava aliada à utilização de mão de obra assalariada, nesses países, em contraste com as charqueadas locais, onde a escravidão predominava. Assim, jogando para fora da empresa o custo de reprodução da força

de trabalho, que se constituía, em moldes capitalísticos, num custo variável, as empresas platinas tinham vantagens frente às locais: além do alto custo da repressão, fundamental para a manutenção a longo prazo da escravidão, esta não incentivava à divisão do trabalho e a especialização no Rio Grande. Além disso, a própria localização das charqueadas castelhanas, mais próximas ao litoral e com portos mais bem aparelhados, são fatores que ajudam a compreender a necessidade que o produto gaúcho tinha de protecionismo para poder enfrentar a concorrência do similar estrangeiro.

A estagnação da economia da Campanha não chegou a acarretar uma grave crise no Rio Grande do Sul devido à ocupação do norte do Estado, que se dava paulatinamente à crise da economia pecuário-charqueadora.

O "norte do Estado" pode ser dividido em duas regiões economicamente distintas: a Serra e o Planalto (Vid. Figura a seguir). A primeira recebera os imigrantes alemães e italianos, os quais passaram a desenvolver uma



(3) Em 1861, apenas dois itens, charque e couros, perfaziam 74,9% do valor total das exportações gaúchas. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2.ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977. p.161.

(1) CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, DIFEL, 1962.

policultura em pequenas propriedades: de 48 a 77 ha receberam os alemães chegados em 1824; e cerca de 24 ha receberam os italianos, cujo fluxo migratório tomou vulto a partir de 1875. (2) Com isto houve grande contraste com a Campanha: nesta a unidade de medida era a lègua de sesmaria (43 km²) e as primeiras concessões de terra foram, em média, de cerca de 129 km² cada uma. Joseph LOVE afirma que em 1803 "havia somente cerca de 500 proprietários no Rio Grande do Sul, não obstante a maior parte da Campanha estar teoricamente ocupada". (1)

Enquanto na Serra predomina a agricultura, no Planalto esta aparece juntamente com a pecuária. Esta região compreende os municípios gaúchos desde o norte das Missões, o atual Planalto Médio e parte do Alto Uruguai e dos Campos de Cima da Serra. São municípios típicos do Planalto: Santo Ângelo, Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Ijuí e Vacaria, entre outros. Nesta região aparecem tanto os latifúndios como as propriedades médias e peque-

nas; assim, coexiste uma paisagem semelhante à da Campanha com uma agricultura semelhante à da Serra. E também nela, a exemplo dos municípios serranos, está a criação suína, que cada vez mais se valorizava com a produção e exportação de banha. Segundo ROCHE, "houve no Planalto um segundo Rio Grande pastoril, mas foi até o fim do século XIX um parente pobre da Campanha" (2). Distante do litoral, de difíceis meios de comunicação, longe das principais charqueadas, região de relevo irregular, ao Planalto, de fato, cabe esta denominação. Começando cada um dos problemas a serem superados, mesmo que apenas parcialmente, principalmente após a Proclamação da República, o "norte" começa uma ascensão que irá coincidir com o estancamento da economia da Campanha. Como consequência, durante todo o período da República Velha (1890-1930), a economia gaúcha passa por mudanças econômicas que refletem a integração do "norte" à economia estadual. Isto significou o incentivo à policultura e a produção para o mercado local, não raro

(2) PESAVENTO, Sandra Jatahy. Considerações sobre a Agricultura Gaúcha até 1930. *Informativo do SEITE*, Porto Alegre, FEE (3): 28-38, nov./dez. 1977. p.28.

(1) LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.11.

(2) ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. p.40.

com o incentivo do Governo estadual.

Assim o Rio Grande do Sul começa a desenvolver uma produção agrícola diversificada, cuja destinação principal era o mercado estadual (ao contrário do Império, onde a exportação era o fundamento da economia pecuário-charqueadora). Durante a República Velha, o Rio Grande aparece autosuficiente em arroz, feijão, lentilhas, milho, erva-mate, mandioca, fumo, cebolas e alhos, batatas, etc. Apesar de irregular, a produção de trigo muitas vezes abastecia o mercado local e ainda era exportada para outros estados.

A produção agrícola predominava ao norte do Estado — como afirmou-se anteriormente, — e nunca esteve apoiada em um único produto: na pauta de exportações sempre estiveram a erva-mate, o feijão, o fumo, o milho e batatas; o que varia é a importância que cada um deles tem dentro do valor total das exportações em cada período.

A diversificação agrícola e as vantagens comparativas da economia pecuária possibilitaram ser o Rio Grande o estado cuja economia é a mais forte subsidiária do centro do país:

especialmente São Paulo, especializado em monocultura para exportação (café) (1). Entretanto, mais que isto, do ponto de vista local ele aparece como uma economia mais ou menos autosuficiente, com capacidade de suprir seu mercado interno e ainda abastecer os centros do país que dependem de seus produtos.

O produto agrícola cuja expansão foi mais significativa no período foi o arroz, começando seu destaque nas exportações pouco antes da Primeira Guerra.

A produção começou na zona colonial onde, no ano de 1875, já havia 16 engenhos (2). Na última década daquele século, colonos alemães de Taquara e Santa Cruz começaram a técnica da irrigação. A cultura, mais tarde, teria significação na zona central do Estado, na região próxima de Porto Alegre, indo até as cercanias de Pelotas (portanto, invadindo a própria área tradicional das charqueadas). O incremento da orticultura deu-se através de protecionismo: em 1900, este assegurava o mercado nacional para o arroz gaúcho; em 1906, nova lei estende a proteção, permitindo

(1) CARRION Jr., Francisco M. *Origens e Perspectivas da Crise Econômica do RS*. Porto Alegre, DAECA, 1966. Passim.

(2) FRAQUELLI, Jane Aita. *A Lavoura Capitalista do Arroz e a Crise de 1926: A Ação do Estado e a Criação do Sindicato Arrozeiro*. In: ANTONACCI, Maria Antonieta et alii. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.331.

intensificar a modernização das lavouras (3).

Além de suprir o mercado gaúcho e parte do mercado nacional, o arroz é exportado para os países platinos (1). Mas o consumo local não pode ser desprezado, não só como fator incrementador do início da produção: mesmo nos anos entre 1923 e 27, entre um quarto e um terço da produção somente destinava-se a exportações (2).

A relevância do mercado gaúcho não impediu o crescimento das exportações. Em 1907, exportou-se 201t; no ano seguinte 637t; em 1909, 3.123t. Em 1913, exportou-se 17.217t (3). Quanto ao valor das exportações o crescimento também se deu em altas taxas. Isto permitiu que nos anos 20, a participação do arroz estivesse em torno de 10% do total das exportações

estaduais (4). Em 1927, enquanto o charque contribuía com 17,7% do total das exportações estaduais e os couros com 6,8%, o arroz atingia 13% deste valor (5).

Além do arroz, uma série de outros produtos agrícolas aparecem na pauta de exportações.

O feijão, por exemplo, destacou-se na primeira década após a proclamação, quando chegou a perfazer mais de 10% do valor total das exportações (6). Ultrapassou o valor exportado de lãs e rivalizou com couros e banhas – que disputavam a segunda colocação no valor total das exportações gaúchas. Entre 1889 e 1895 a produção de feijão foi triplicada (7), a partir daí entrando em aparente perda de seu dinamismo. Entretanto, até os anos 30 o produto foi exportado, ganhando o mer-

(3) Id.

(1) MENSAGEM ENVIADA À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL PELO PRESIDENTE GETULIO VARGAS NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d'«A Federação», 1930. p.6.

(2) RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negocios do Interior e Exterior. Op. cit. p.89.

(3) Vid. Tabela VI do Adendo.

(4) Id.

(5) Vid. Tabela VII.

(6) ANNAES DA ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d'«A Federação», 1890-1902. Passim.

(7) Vid. Tabela VIII do Adendo.

cado nacional e alguns países platinos. A maior parte da produção de feijão era para consumo local; salvo o grande surto do fim do séc. XIX e nos anos próximos a 30, foi a maior parte das toneladas consumidas internamente (1).

O fumo apresentou comportamento bem mais homogêneo que o feijão. Se nunca chegou a apresentar um décimo do valor das exportações estaduais, como este, não sofreu grandes quedas. O fumo, típico do norte do Estado, levou o Rio Grande a ocupar posição destacada no cenário nacional. Nunca ultrapassou, entretanto, dos 6% do valor das exportações. Seu período áureo foi após a Grande Guerra, prolongando-se pela década de 20 (2).

No início do século, a erva-mate teve grande expansão, chegando a cerca de 4% do valor total das exportações até às vésperas da Guerra. O problema fundamental desta cultura, também típica da Serra e do Planalto, era a concorrência: o Paraná nela especializara-se, possuindo vantagens na concorrência. O Rio Grande do Sul produzia suficientemente para seu mercado interno (no qual a Campanha destacava-se como consumidor), como, ainda, ex-

portava; mesmo não chegando a rivalizar com o Paraná, cuja dependência da erva-mate na pauta de exportações era acentuada.

Ao lado deste aparecem outros produtos agrícolas que, sem terem grande destaque (representavam menos de 5% do valor total das exportações), sempre foram exportados, e cuja produção cresce, atendendo, inclusive, ao mercado interno. É o caso do milho, cujo valor da produção é sempre estimado, nos Relatórios da Fazenda, como maior que todos os outros produtos agrícolas. Entrementes, o milho não destacava-se nas exportações, pois sua produção vinculava-se à atividade criatória suína – a principal atividade do norte do Estado, se lembrado o peso da banha na pauta de exportações.

O Rio Grande ainda exportava batatas e cebolas (especialização do Litoral), e até a produção de cana de açúcar foi tentada no Estado, diminuindo o valor das importações.

Veja, por exemplo, o que afirma Alvaro Baptista em seu relatório ao Presidente do Estado, em 1909:

“O norte todo do Rio Grande, o noroeste e o nordeste, produzem a

(1) Quanto a estas afirmações, veja os relatórios dos secretários de estado da fazenda ao Presidente do Estado, enviados anualmente, em especial os entre 1920 e 1930.

(2) Idem.

canna de assucar, e della os pequenos agricultores extrahem, alem do melaço e da aguardente, o próprio assucar, grosseiramente fabricado e destinado, não ao commercio, mas ao abastecimento domestico.

"Emfrente a Garruchos, no municipio de São Borja, em territorio argentino, existiu por muitos annos uma usina de assucar, de propriedade de uma companhia inglesa, com as machinas, motores e apparatus, os mais aperfeiçoados.

"O assucar era fabricado em grande escala e a materia prima, fornecida principalmente pelos municipios de São Luiz, São Borja e Santo Angelo.

"Os ingleses tinham grandes plantações de canna e compravam também a canna aos argentinos; porém as terras brasileiras são mais férteis nessa região, do que as argentinas, a canna produzida na margem esquerda do Uruguay é melhor, dá maior porcentagem de assucar e era, por isso, preferida a colhida no solo argentino". (1)

Acrescenta o relatório que a dificuldade de meios de transportes até Buenos Aires e as dificuldades de navegação no rio Uruguay na zona próxima a Garruchos levou a companhia inglesa instalar-se em Tucuman.

Ao lado destes produtos agrícolas, deve-se ainda colocar ou-

tros que, embora passem por processo de transformação, estão vinculados à agricultura. É o caso da fabricação da mandioca e do vinho.

A farinha de mandioca chegou a ter posição destacada no Império. Neste predominava a exportação de produtos derivados da pecuária – o que permitia a farinha de mandioca ser o mais importante produto exportado desvinculado da criação. Durante a República Velha suas exportações continuam, embora passe por uma relativa decadência. Uma hipótese para explicar tal fato seria a generalização da cultura de outros produtos agrícolas no início do século, que ocuparam a área cultivada e a mão-de-obra, além de a mandioca ser um produto de largo cultivo em todos os estados brasileiros. Em 1890, 6,4% do valor das exportações estaduais devia-se a farinha de mandioca, cifra que continua até 1900, com a ligeira alta logo após a Revolução Federalista. Na próxima década estará por volta de 5%, decaindo até os anos 30, quando chega a apenas 2%. (1)

O vinho foi produzido desde a introdução dos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande e,

inicialmente, dedicado apenas ao consumo local. Até 1900, pouco destaque teve na pauta de exportações. Entretanto, com o crescimento da imigração para São Paulo, para servir de mão-de-obra ao café, o Rio Grande começou a exportar vinhos. Com isto sua taxa de crescimento foi rápida, especialmente na década de 20 (2).

Finalmente, outro item tipicamente da Serra e do Planalto que começa a ter destaque após a Grande Guerra na pauta de exportações é a madeira (pinho e cedro, principalmente). Em sua mensagem à Assembléia dos Representantes de 1930, Getulio Vargas afirmava que o destaque das madeiras ficava claro quando se notava que um décimo do tráfego ferroviário total do Rio Grande devia-se a ela (3). E concluía:

"Não só a produção, entretanto, vem progredindo a passos largos. A valorização do produto também se accentua dia a dia. Segundo as estatísticas nacionais, em 1913, o preço da tonelada de madeiras brasileiras mal attingiu a 99\$000,

ao passo que, em 1920, appareceu com 163\$000 e, em 1928, com 225\$000". (4)

Como consequência, o porto de Rio Grande, que exportava 446t de madeiras em 1922, em 1926 exportou 26.647t. Além do mercado nacional, madeiras eram exportadas para a Argentina e para o Uruguai (5).

Além da agricultura propriamente dita, a produção de banha é fator importante para a valorização do norte do Rio Grande durante a República Velha. Por primeira vez o Estado exportou banha em 1866, perfazendo 13 toneladas, mas já antes esta tinha produção vinculada à subsistência local. (1) Entre 1888 e 1896, a produção praticamente quadruplicou (Vid. TABELA III em anexo). Em 1890, o valor da banha exportada já perfazia 11,6% do valor total das exportações do Rio Grande, porcentagem esta que chega aos 16% logo após a Revolução Federalista (certamente a queda relativa das exportações de charque é importante para explicar esta cifra, pois a Campa-

(1) RELATÓRIO APRESENTADO AO SR. DR. 1909. Op. cit. p.27.

(1) Dados extraídos dos Anais da Assembléia dos Representantes e dos Relatórios dos Secretários de Estado da Fazenda nos anos em questão.

(2) Vid. Tabela IX do Adendo.

(3) MENSAGEM ENVIADA À ASSEMBLEIA ... Op. cit. p.53-4.

(4) Id., p.54

(5) Id., p.58.

(1) DOCCA, E. F. de Souza. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Simões, 1954. p.114.

nha esteve mais engajada na revolta, o que desorganizou a economia pecuária).

As 13t exportadas em 1866 chegarão a quase 100t em 1873, a 2.776t em 1890 e 4.893t em 1894. (2) Em 1908 exportou-se 10.266t; em 1920, 25.176t; em 1923, 34.410 e, em 1927, 48.124t. (3) Nunca, entretanto, o consumo gaúcho de banha pode ser desprezado: até o final da Primeira Guerra, o total das toneladas consumidas internamente excedia o das exportadas; somente em 1919, estas eram maiores, tanto em quantidade quanto em valor, à banha destinada ao consumo interno estadual. (4)

Assim, ao final da década de 20, a participação porcentual do valor da banha exportada no total das exportações do Rio Grande era maior que a participação do charque. Em 1927, por exemplo, 17,8% do valor das exportações estaduais devia-se ao charque (principal produto da Campanha) e 19,7% à banha (principal produto do "norte"). (Vid. TABELA V).

CONCLUSÃO

Em 1927, para se tomar um ano do final da República Velha, a situação das exportações gaúchas eram completamente diferentes das de 1890, primeiro ano da República, e mais ainda da de 1861, ano típico do Império, quando charque e couros perfaziam três quartos das exportações estaduais. Naquele ano, ao final da República Velha, charque e couros viram reduzidas suas participações no valor total das exportações: o primeiro, que perfazia 37,7% desse valor em 1861, em 1927 chega a 17,7%; e os couros, que perfaziam 37,2%, tiveram queda mais brusca: em 1927, somente 6,8% do valor das exportações rio-grandenses deviam-se aos couros. (1)

Ao final da República Velha, o norte do Rio Grande já aparecia como um território bastante povoado e de improtante peso econômico. O principal escoadouro de seus produtos, Proto Alegre, havia ultrapassado em importância os portos com vín-

culos mais estreitos à economia pecuário-charqueadora, Rio Grande e Pelotas. Vinte municípios foram criados no Estado durante a República Velha — mas nenhum deles na Campanha. (2)

É improtante, por outro lado, salientar que a opção diversificadora foi tomada conscientemente pelo governo estadual. Esta não só incentivava a imigração, fundamental para a integração e povoamento do norte do Estado, como incrementava uma política de transportes que colocava esta região bem aparelhada quanto a Campanha, que recebera sozinha a atenção governamental durante o Império. Estas decisões de política econômica, beneficiando claramente a uma região específica, não só ia de encontro à ideologia positivista esposada pelos governantes gaúchos na República Velha, o positivismo, como também gerou profundo descontentamento entre os fazendeiros da Campanha, que em grande parte passaram a fazer acirrada oposição ao governo, não raro optando pelo confronto armado (revoluções de 93 e 23).

Finalmente, cabe salientar que foram estes fatores internos ao Estado (como a política econômica governamental, como reflexo das decisões das elites políticas locais e a forma com que estas percebem a crise da Campanha) os fundamentais para explicar o redimensionamento da economia gaúcha na República Velha, e que consistiu em nela integrar a Serra e o Planalto. É certo que a existência de um mercado com alto nível de renda em torno da economia cafeeira, gerando forte urbanização, foi importante fator para garantir a demanda para os produtos locais; entretanto, é também certo que estre as diverdas economias subsidiárias ao café, foi a do Rio Grande a mais sólida. Ou seja: as condições internas de oferta, aliadas à disposição governamental de evitar a monocultura, entendida como responsável pela crise que a economia gaúcha sofrera no Império com a estagnação das charqueadas, foram os fatores locais que contribuíram para que o Estado reativassem sua vida econômica na República Velha. Muito mais que entender a função que o Rio Grande de-

(2) Id. ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1892-6. Passim.

(3) Id., 1928. p.899.

(4) Id.

(1) Vid. Tabela V.

(2) São eles: Bento Gonçalves e Caxias do Sul (1890), Júlio de Castilhos, Lajeado e Venâncio Aires (1891), Antônio Prado (1899), Garibaldi (1900), Guaporé (1903), Ijuí (1912), Bom Jesus (1913), Encantado (1915), Erechim (1918), Jaguarí (1920), Flores da Cunha e Nova Prata (1924), Candelária (1925), Guaíba e São Pedro do Sul (1926) e Novo Hamburgo e Sobradinho (1927). In: SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1968. p.62-8.

sempenhou na economia brasileira, supondo-o como célula especializada dentro de um todo mais abrangente, é necessário que também da parte (o Es-

tado) se vá ao todo, completando, deste modo, dois caminhos, embora contraditórios, na busca da precisão científica.

ANEXOS ESTATÍSTICOS

TABELA I - VALOR DO CHARQUE EXPORTADO E SUA PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO RS: 1890-1925 (em 1. \$000).

ANO	CHARQUE	TOTAL	%
1890	5.223:185	17.266:724	30,3
1891	9.039:019	27.469:410	32,9
1892	11.813:684	39.823:844	29,7
1893	12.353:215	40.670:120	30,4
1894	11.633:371	40.873:160	28,5
1895	8.265:700	41.474:835	19,9
1896	7.107:944	40.587:868	17,5
1897	11.496:795	52.936:225	21,7
1898	16.667:453	62.583:129	26,6
1899	13.754:486	58.096:800	23,7
1900	15.002:431	50.034:171	30,0
1901	11.809:719	44.128:912	26,8
1902	13.033:751	51.492:487	25,3
1903	12.540:428	51.981:165	24,1
1904	13.259:788	57.183:713	23,2
1905	15.953:900	56.665:418	28,1
1906	19.310:895	66.233:093	29,0
1907	22.965:956	72.857:846	31,5
1908	25.350:480	74.529:991	34,0
1909	24.908:753	77.125:921	32,3
1910	24.387:315	81.959:013	29,8
1911	26.313:128	81.393:093	32,3
1912	31.540:191	104.968:606	30,0
1913	31.751:363	108.100:950	29,3
1914	23.712:897	79.319:928	29,9
1915	27.976:210	89.048:672	30,6
1916	28.366:287	91.237:379	31,1
1917	42.845:254	161.739:338	26,5
1918	29.329:910	165.764:258	17,7
1919	47.130:119	215.572:443	21,9
1920	42.570:923	197.793:072	21,5
1921	41.514:805	214.959:313	19,3
1922	56.002:503	233.071:992	24,0
1923	59.844:687	311.150:894	19,2
1924	76.800:865	413.942:718	18,6
1925	92.979:619	473.997:406	19,6

Fonte: AZAMBUJA, Graciano. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, 1891-1908*. Porto Alegre, Gundlach.

ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1909-1928.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Negócios do Interior e Exterior, *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1928, p.900.

TABELA II – QUANTIDADES DE CHARQUE EXPORTADAS PELO RIO GRANDE DO SUL E CONSUMIDAS NO ESTADO: 1907-27 (em t)
1907 = 100

ANO	EXPORTAÇÃO		CONSUMO GAÚCHO	
	QUANTIDADE	RELATIVO	QUANTIDADE	RELATIVO
1907	50.792	100	9.015	100
1908	52.579	103	6.726	74
1909	51.226	100	7.643	84
1910	56.458	111	10.900	120
1911	59.464	117	13.320	147
1912	69.574	136	10.852	120
1913	64.064	126	5.510	61
1914	37.019	72	14.068	156
1915	36.309	71	12.041	133
1916	31.294	61	12.980	143
1917	49.249	96	13.376	148
1918	31.324	61	12.704	140
1919	35.374	69	10.033	111
1920	35.503	69	10.232	113
1921	34.590	68	12.585	139
1922	53.671	105	15.688	174
1923	63.748	125	14.185	157
1924	54.519	107	10.304	114
1925	58.236	114	10.830	120
1926	62.486	123	15.575	172
1927	61.410	121	15.089	167

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1928. p.900.

TABELA III – PRODUÇÃO DE BANHA DO RIO GRANDE DO SUL: 1888 - 96* (em t)
1888 = 100

ANO	PRODUÇÃO	RELATIVO
1888	2.087	100
1889	3.373	162
1890	2.756	132
1891	5.027	241
1892	6.971	334
1893	-	-
1894	4.493	215
1895	7.534	361
1896	8.243	395

* Entre 1888 e 1892, no item banha está incluído tocinho. Para o ano de 1893 não foram encontrados dados.

Fonte: ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1890-1898.

TABELA IV – VALOR DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS DE BANHA E DO CONSUMO ESTADUAL: 1907 - 27 (em 1:000\$)
1907 = 100

ANO	EXPORTAÇÃO		CONSUMO GAÚCHO	
	VALOR	RELATIVO	VALOR	RELATIVO
1907	7.416	100	16.056	100
1908	9.150	123	14.759	92
1909	7.507	101	14.244	89
1910	7.819	105	15.712	98
1911	6.484	87	14.839	92
1912	13.233	178	16.102	100
1913	16.856	227	18.373	114
1914	16.133	217	18.783	117
1915	13.173	178	10.608	122
1916	9.847	133	20.221	126
1917	16.853	227	23.281	145
1918	18.160	245	27.409	171
1919	32.018	432	27.735	173
1920	34.135	460	30.614	191
1921	33.239	448	33.685	210
1922	34.205	461	38.270	238
1923	41.274	557	38.539	240
1924	50.022	675	36.072	225
1925	73.719	994	51.955	324
1926	75.529	1014	38.220	238
1927	81.980	1105	40.244	251

Fonte: ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: 1891-96-1902-08-13-18-22-27-29. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação".

TABELA V – PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1861-90/1923-27**

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(1) Charque	5.940	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.980	17,7
(2) Couros	5.856	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
(3) Subtotal: (1) + (2)	11.796	74,9	9.444	54,7	104.466	33,5	102.447	24,5
(4) Arroz	-	-	-	-	24.423	7,8	54.036	13,0
(5) Banha	-	-	1.993	11,5	41.274	13,3	81.980	19,7
(6) Farinha de mandioca	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
(7) Feijão	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.899	3,3
(8) Fumo	-	-	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
(9) Vinho	-	-	-	-	7.751	2,5	12.121	2,9
(10) Subtotal: (4) + ... + (9)	848	5,4	5.041	29,2	99.456	31,9	183.021	43,9
(11) Total: (3) + (10)	12.644	80,3	14.485	83,9	203.922	65,4	285.468	68,4
(12) Total do RS	15.758	100,0	17.267	100,0	311.151	100,0	415.915	100,0

(*) Inclui tocinho.

(**) O hífen indica que não houve exportação, ou seu valor foi inferior a 1% do valor total das exportações.

Fonte: SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2 ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, p.161.

ANNAES DO CONGRESSO CONSTITUINTE DO RIO GRANDE DO SUL. Sessão Extraordinária. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1891, p.33.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1924, p.373-8.

SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente do Estado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Firmino Paim Filho em 15 de agosto de 1928*. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1928, p.113-8.

TABELA VI – QUANTIDADES DE ARROZ EXPORTADAS, SEU VALOR E PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL NO TOTAL DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1907 - 29

ANO	QUANTIDADES (em t)	VALOR (em 1\$000)	%
1907	201	73:380	0,1
1908	637	162:831	0,2
1909	3.123	794:441	0,3
1910	3.976	753:831	0,9
1911	9.579	654:722	0,7
1912	9.970	2.512:199	2,4
1913	17.217	4.955:263	4,6
1914	12.245	3.590:707	4,5
1915	13.767	5.259:327	5,9
1916	6.574	2.366:379	2,6
1917	23.982	8.614:965	5,3
1918	20.048	11.189:746	6,8
1919	27.760	14.775:506	6,9
1920	35.623	17.897:131	9,0
1921	54.296	21.440:396	10,0
1922	47.589	22.852:750	9,8
1923	47.259	24.423:436	7,8
1924	42.024	34.533:435	8,3
1925	45.876	53.569:697	11,3
1926	60.860	33.553:580	9,7
1927	92.235	54.035:846	13,0
1928	78.586	65.761:434	11,3

Fonte: AZAMBUJA, Graciano A. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul para o Ano de 1908. Porto Alegre, Krahe, 1907 p.258.

RELATÓRIO APRESENTADO AO SR. DR. PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PELO SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA ALVARO BAPTISTA. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1909. V.1, p.64-5.

RELATÓRIO APRESENTADO AO EXMO.SR. GEN. SALVADOR AYRES PINHEIRO MACHADO VICE-PRESIDENTE DOS NEGOCIOS DA FAZENDA DR. ANTONIO MARINHO LOUREIRO CHAVES. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1916, p.308.

TABELA VII – PARTICIPAÇÃO DE CHARQUE, BANHA E LÃ NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM DIVERSOS ANOS. (em 1:000\$000)

ANO	CHARQUE		BANHA		LÃ		TOTAL DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
1890	5.223	30,3	1.993	11,6	192	1,1	17.227
1895	8.266	19,9	6.647	16,0	513	1,2	41.475
1900	15.002	30,0	2.670	5,3	1.073	2,1	50.034
1906	19.311	29,2	6.817	10,3	1.648	2,5	66.233
1911	24.387	30,0	7.819	9,6	2.393	3,6	81.393
1916	28.366	31,1	9.847	10,8	3.929	4,3	91.237
1919	47.130	21,9	32.019	14,9	8.969	4,2	215.572
1923	59.845	19,2	41.274	13,3	12.197	3,9	311.151
1927	73.980	17,8	81.980	19,7	17.514	4,2	415.915

Fonte: ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-96-1902-08-13-18-22-27-29. Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação".

TABELA VIII – PRODUÇÃO DE BANHA E FEIJÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1888 - 96*

ANO	BANHA (em t)**	FEIJÃO (em 1000 l)
1888	2.087	10.359
1889	3.373	12.753
1890	2.756	14.332
1891	5.027	22.065
1892	6.971	24.571
1893	-	-
1894	4.493	20.210
1895	7.534	36.007
1896	8.243	21.019

* Para o ano de 1893 não foram encontrados dados.

** Entre 1888 e 1892, no item "banha" está incluído tocinho.

Fonte: ANNAES DA ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, Officinas Typographicas d' "A Federação", 1890-1898.

TABELA IX – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE
VINHO DO RIO GRANDE DO SUL: 1920 - 29
1920 = 100

ANO	QUANTIDADE (em t)	RELATIVO	VALOR (em 1:000\$)	RELATIVO
1920	2.987	100	1.310	100
1921	4.669	156	2.124	162
1922	7.197	241	3.333	254
1923	11.211	375	7.751	592
1924	11.437	383	7.408	565
1925	15.177	508	10.319	788
1926	16.643	557	11.257	859
1927	19.773	662	12.121	925
1928	26.191	878	-	-
1929	22.567	756	-	-

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1925-27, p.856-7.

_____. 1928, p.897.

MENSAGEM APRESENTADA AO EXMO. SR. DR. GETULIO VARGAS PRESIDENTE DO ESTADO PÉLO SECRETÁRIO DE ESTADO DE NEGÓCIOS DA FAZENDA DR. FIRMINO PAIM FILHO EM 15 DE AGOSTO DE 1929. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1929, p.121.